

PCP(R)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO)



CONTRA O GOVERNO DE DIREITA CDS FORA DO GOVERNO

Comunicado da 6ª Reunião Plenária do Comité Central

Reunido recentemente em sessão plenária, o Comité Central do Partido Comunista Português (Reconstruído) fez o balanço aos últimos acontecimentos políticos, especialmente no que se refere à formação do governo CDS-PS. O Comité Central traçou ainda as orientações para a acção imediata de todo o Partido na defesa das liberdades e das conquistas populares, na luta para fechar o caminho à política reacçãoária do governo e preparar a contra-ofensiva popular.

1 O Comité Central do PCP(R) alerta todos os operários e trabalhadores, todos os democratas e patriotas para o real significado do novo governo. Não se trata apenas de um governo mais à direita que o anterior. Trata-se já de um governo com representantes directos dos monopólios e dos latifundiários golpeados após o 25 de Abril. Trata-se já de um governo com homens de confiança da ditadura fascista derrubada. O actual governo representa o mais duro golpe nas liberdades e conquistas populares desde o 25 de Novembro de 75. É uma terrível ameaça contra o 25 de Abril e um insulto ao povo português.

O novo governo não possui apenas três ministros e cinco secretários de Estado do CDS. Segundo o vergonhoso acordo assinado, o CDS terá a possibilidade de controlar e influenciar a actividade de todos os ministérios, através de contactos regulares a estabelecer para o efeito entre um gabinete sombra do CDS e cada um dos ministros.

O programa do governo, recentemente tornado público não representa o simples agravamento da política de recuperação capitalista do governo anterior. Ele representa já a total aceitação das condições anti-nacionais e anti-populares impostas pelo FMI. O programa do governo prenuncia uma política de radical restrição das liberdades, de completa destruição das conquistas populares e de total empobrecimento do país.

O novo governo anuncia publicamente que vai atacar as liberdades democráticas. Ameaça reprimir greves e manifestações, propõe-se criar um Conselho Coordenador da Prevenção Criminal que não é mais que o coordenador de uma nova polícia política. Vai ao ponto de se colocar abertamente contra o articulado da

Constituição com o seu projecto de criação de uma ficha do cidadão nacional — ficha que não seria mais que uma forma de exercer um controlo apertado sobre a vida dos cidadãos.

No sector do trabalho, o governo pretenderá impor o trabalho por turnos contra a vontade dos trabalhadores. Procurará ainda estender o regime de contratos a prazo de forma a agravar o desemprego e as condições de defesa dos trabalhadores.

O governo propõe-se entregar as empresas intervencionadas aos antigos patrões sabotadores para "clarificar a economia". Propõe-se ainda entregar aos grandes capitalistas algumas das empresas nacionalizadas, especialmente as que o foram indirectamente. O governo estimulará a criação de empresas parabancárias privadas em concorrência com a banca nacionalizada.

Ao mesmo tempo que anuncia o agravamento do custo de vida, o governo propõe-se entregar mais de 100 milhões de contos aos grandes capitalistas expropriados. O governo anuncia descaradamente aumentos substanciais nos próprios produtos do chamado "cabaz de compras". O governo afirma desavergonhadamente que não estimulará a produção de bens necessários ao país mas sim de produtos para exportação. Nesse sentido, concederá grandes facilidades e crédito às empresas exportadoras, bem como assegurará escandalosa liberdade aos investimentos estrangeiros.

O governo anuncia abertamente que procurará liquidar a Reforma Agrária e aplicar integralmente a tenebrosa lei Barreto.

2 O Comité Central do PCP(R) denuncia as vergonhosas declarações de Mário Soares sobre o profundo respeito do CDS pela Constituição e o 25 de Abril, e declara: o CDS não se converteu à democracia e às conquistas dos trabalhadores. O CDS apoiou-se na capitulação de Mário Soares para subir aos ministérios e para daí — jogando com todos os instrumentos que lhe dá o controlo do Executivo — poder limitar mais fortemente as disposições constitucionais e desencadear uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas populares.

Ao mesmo tempo que alerta para o perigo do acordo CDS-PS, o PCP(R) chama os trabalhadores a compreender que a reacção e o grande capital, o CDS e o PPD, não se contentarão ainda com este governo. O PPD manobra na oposição para retirar os frutos dos fracassos governamentais, acumular forças, e pressionar a sua entrada no governo com nova guinada à direita. O objectivo das forças reaccionárias, do CDS e do PPD, é liquidar o 25 de Abril, recompor o seu poderio abalado, instaurar um regime arbitrário de características fascizantes. Para alcançar este objectivo, as forças reaccionárias procuram forçar sucessivas viragens à direita, procuram avançar por etapas, porque a isso as obriga a correlação de forças, o estado de fraqueza e desorganização a que tinham chegado devido ao avanço impetuoso e às conquistas do movimento operário e popular.

3 O Comité Central do PCP(R) alerta os trabalhadores e a opinião pública para a grande conspiração imperialista que manobra por detrás da cena política nacional impondo sucessivas cedências à direita e ditando condições ruinosas para os tenebrosos empréstimos do FMI. O Comité Central reafirma que nenhuma solução popular pode ser conseguida no nosso país sem fazer fogo e expulsar a dominação imperialista.

Hoje já não podem subsistir dúvidas sobre a descarada ingerência imperialista em Portugal. Depois de Carlucci e os seus sequazes terem promovido e dirigido o golpe reaccionário do 25 de Novembro, depois de terem exigido ao I governo de Soares sempre mais energia nos ataques às conquistas populares, foram de novo os americanos e alemães que impuseram o actual governo CDS-PS.

Desde há muitos meses que os factos mostraram que o imperialismo, o grande capital e os partidos de direita não se acalmavam com as concessões sucessivas do I governo. Pelo contrário, à medida que iam recebendo aquilo que exigiam, redobravam de arrogância e exigiam cada vez mais. Depois de ter imposto ao país a aceitação da chantagem dos empréstimos e a entrada na CEE dos monopólios, o imperialismo retardou a entrega do chamado "grande empréstimo" e levantou dificuldades à integração de Soares no bloco capitalista europeu. Os americanos e alemães exigiam um governo ainda mais à direita, exigiam garantias na destruição da Reforma Agrária, das nacionalizações, das liberdades sindicais e políticas.

4 O Comité Central do PCP(R) recorda que há muito vem alertando e prevenindo a classe operária e os trabalhadores para o rumo dos acontecimentos e a grande ameaça que pesa sobre o 25 de Abril.

Hoje já não podem subsistir dúvidas sobre os resultados da política de cedências à direita e ao imperialismo. Soares levou a cabo a sua política de recuperação capitalista com o pretexto de que era preciso fazer concessões à direita para não provocar distúrbios e não pôr em perigo a democracia. Hoje, ele tornou-se responsável perante todo o povo português por ter fortalecido a extrema-direita ao longo de 16 meses de governação e por ir agora de braço dado com os fascistas para os ministérios.

O Comité Central do PCP(R) denuncia também a cumplicidade dos dirigentes vendidos do chamado PCP na formação do actual governo. Desde a queda do I governo, a 8 de Dezembro de 77, que o nosso Partido denunciou a conspiração de direita e declarou que a única forma de impedir uma solução ainda mais à direita era a intervenção activa das massas populares em grandes acções combativas. Nesse sentido, o PCP(R) propôs 4 pontos para a luta e a unidade dos trabalhadores e apoiou a exigência de numerosos sectores sindicais para a realização de uma jornada de luta nacional.

Os dirigentes revisionistas do chamado PCP impediram por todos os meios ao seu alcance a acção de massas e, ao mesmo tempo que elogiavam Eanes e Soares, lançaram uma campanha frenética e caluniosa contra o nosso Partido, a UDP e as forças revolucionárias. Eles pretenderam fazer crer que a acção dos revolucionários era 'esquerdista', desestabilizava a situação e fazia o jogo do CDS e PPD. Hoje, contudo, eles tornam-se cúmplices aos olhos de todos pela subida do CDS ao Executivo. Com efeito, ficou comprovado

que a sua política de expectativa e negociação não serviu de nada e não criou o mais pequeno obstáculo à criação do novo governo. Mais grave que isso, os revisionistas foram publicamente denunciados na Assembleia da República por — tendo já conhecimento do acordo CDS-PS — não se terem oposto a tal acordo e continuarem a pedinchar negociações com o PS.

Afinal tinham razão os autênticos comunistas do PCP(R) quando afirmavam que Cunhal desistira de lutar contra o governo de direita em formação e se preparava para negociar a Reforma Agrária, as nacionalizações e as próprias liberdades num acordo de capitulação nas costas dos trabalhadores, num acordo típico de um partido burguês de duas caras.

5 O Comité Central do PCP(R) chama os operários conscientes, os trabalhadores revolucionários, os democratas e os patriotas destemidos, a retirarem as lições dos recentes acontecimentos. É urgente tomar medidas contra a escalada dos grandes patrões e da reacção, é urgente defender as regalias, os direitos e as grandes conquistas dos trabalhadores, sob pena de amanhã não termos nada do que alcançámos com tanto sacrifício.

É urgente aniquilar a demagogia "anti-esquerdista" dos direitistas incorrigíveis, dos cobardes e dos fracos, dos eternos pregadores da ordem, do acordo, e do compromisso com a burguesia. Urge pôr termo a essa demagogia de que o povo é que abusou em 74-75, de que os "esquerdistas" é que levam as coisas longe de mais. O povo não abusou, não foi demasiado adiante. O povo foi demasiado benévolo, demasiado confiante, descuroou a sua ofensiva, a sua organização, não cortou o mal pela raiz, não liquidou os seus inimigos. Por isso, eles levantam agora a cabeça.

6 O Comité Central do PCP(R) reafirma a sua certeza de que existem ainda as forças bastantes para fazer frente à escalada da direita, fechar o caminho à aplicação da política reacçãoária do governo CDS-PS e desferir novos golpes no grande capital e na reacção. Através de grandes acções massivas, através da multiplicação de iniciativas e acções de massas em defesa das conquistas e direitos alcançados, é possível reforçar e ampliar o campo popular antifascista, é possível travar a aplicação da política reacçãoária, golpear e desgastar o poder burguês em recomposição. É neste caminho e apenas neste caminho que será possível derrotar os planos do grande capital e da reacção, derrubar o governo de direita, defender as conquistas populares e reabrir o caminho do 25 de Abril do povo.

O Comité Central saúda calorosamente o actual despertar do movimento grevista, em importantes sectores operários como os Ferroviários, Lisnave, Aguiéira, etc, as lutas de professores e estudantes contra o fascismo nas escolas pelo direito ao trabalho e ao ensino, e o reanimar do movimento democrático nos campos, como poderosas alavancas para erguer a resistência popular.

O Comité Central saúda fraternalmente os companheiros da UDP e a sua acção esclarecedora e mobilizadora entre os trabalhadores e expressa o seu inteiro apoio à intensificação da sua actividade que considera indispensável para congregar uma vasta corrente popular revolucionária e aproximar várias outras correntes antifascistas.

O Comité Central dirige-se solenemente a todos os operários, aos pequenos e médios agricultores, à intelectualidade progressista, aos empregados, à juventude e às mulheres trabalhadoras e declara: **é urgente, é imperioso que conjuguemos as nossas forças, que encontremos formas de acção comum contra a política reacçãoária do governo.**

O Comité Central reafirma a sua proposta de acção unitária, sem discriminações, e chama de novo todos os trabalhadores, todas as correntes populares antifascistas ao exame comum dos 4 pontos de luta e unidade:

- 1. Defesa das liberdades e dos aspectos progressistas da Constituição.** Lutemos pela proibição das actividades fascistas e separatistas, dissolução do MIRN e dos jornais fascistas. Exijamos a prisão de Kaúlza de Arriaga e de todos os conspiradores reacçãoários, pides e bombistas. Levantemos um protesto nacional contra a ficha do cidadão nacional e a nova polícia política.
- 2. Defesa das condições de vida da classe operária e dos trabalhadores.** Unamo-nos para impedir o já anunciado aumento de preços do próprio cabaz de compras. Exijamos o congelamento dos preços dos bens essenciais. Lutemos pela saída dos CCTs e pelo aumento dos salários sem limite dos 20%. Opunhamo-nos à entrega das empresas intervencionadas. Multipliquemos as acções já em curso contra os despedimentos selectivos ou em massa, exijamos a sua proibição. Levantemos um grande movimento de protesto contra as indemnizações e as desnacionalizações já anunciadas, exijamos a revogação das leis respectivas. Rejeitemos o pacto social.
- 3. Defesa da Reforma Agrária e dos direitos dos rendeiros, caseiros, pequenos e médios agricultores.** Ergamos um grande movimento de massas para impedir a aplicação da lei Barreto e exigir a sua revogação. Digamos não à lei PPD do arrendamento, impunhamos o fim da colónia.
- 4. Defesa da Independência Nacional.** Levantemos um protesto nacional e patriótico contra os empréstimos do FMI e contra a brigada da NATO.

O PCP(R) coloca nas mãos dos trabalhadores esta proposta de acção unitária e declara-se de novo disposto a examinar e aceitar propostas de modificação desde que permaneçam fiéis à defesa intransigente das conquistas de Abril.

O Comité Central reafirma o seu inteiro apoio à proposta de realização de uma jornada de luta nacional com greve e manifestações, como poderosa alavanca para unificar e impulsionar a acção popular de massas.

**PROLETÁRIOS! TRABALHADORES!
COMUNISTAS! SOCIALISTAS! E ANTIFASCISTAS!**

O futuro de Portugal está nas nossas mãos! Da nossa iniciativa, da nossa unidade, da nossa decisão, depende o futuro das liberdades e das conquistas do 25 de Abril.

Conjuguemos na acção as nossas forças, unamo-nos no combate comum ao inimigo comum.

Ergamos um grande movimento nacional em defesa dos direitos e conquistas alcançadas, em defesa das liberdades democráticas e da Independência Nacional. Fechemos o caminho à aplicação da política reacçãoária do governo. Tornemos exigência nacional a expulsão dos fascistas dos ministérios e o fim dos ataques às conquistas de Abril!

**CONTRA O GOVERNO DE DIREITA!
CDS FORA DO GOVERNO!
EM DEFESA DAS CONQUISTAS DE ABRIL!**

Liisboa, 13 de Fevereiro de 1978



**O Comité Central
do Partido Comunista Português (Reconstruído)**